



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Em Reais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	29.981.993,03	22.576.439,94
Disponibilidades	449.364,06	540.086,25
Disponibilidades	449.364,06	540.086,25
Títulos e Valores Mobiliários	18.511.704,51	13.055.323,79
Títulos de Renda Fixa	18.332.258,25	13.055.323,79
Vinculado a Prestação de Garantias	179.446,26	0,00
Relações Interfinanceiras	1.304.067,78	1.137.710,09
Centralização Financeira - Cooperativas	1.304.067,78	1.137.710,09
Operações de Crédito	9.338.952,14	7.500.155,92
Operações de Crédito	10.207.922,62	8.568.366,68
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(868.970,48)	(1.068.210,76)
Outros Créditos	71.199,55	40.034,30
Rendas a Receber	43.124,09	22.610,10
Diversos	59.631,11	33.844,62
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(31.555,65)	(16.420,42)
Outros Valores e Bens	306.704,99	303.129,59
Outros Valores e Bens	302.512,00	299.056,00
Despesas Antecipadas	4.192,99	4.073,59
Não Circulante	4.145.985,42	3.771.353,75
Realizável a Longo Prazo	3.363.034,00	3.105.381,05
Títulos e Valores Mobiliários	518.653,67	1.000.787,86
Títulos de Renda Fixa	518.653,67	1.000.787,86
Operações de Crédito	2.844.380,33	2.104.593,19
Operações de Crédito	2.844.380,33	2.104.593,19
Investimentos	629.641,05	487.487,00
Outros Investimentos	629.641,05	487.487,00
Imobilizado de Uso	153.310,37	178.485,70
Outras Imobilizações de Uso	313.796,78	308.348,08
(-) Depreciações Acumuladas	(160.486,41)	(129.862,38)
Total do Ativo:	34.127.978,45	26.347.793,69

Gentil Luiz Marció
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	28.811.212,79	22.150.186,70
Depósitos	27.847.239,88	21.500.955,95
Depósitos a Vista	5.250.381,47	3.638.175,97
Depósitos a Prazo	22.596.858,41	17.862.779,98
Relações Interdependências	0,00	150,55
Recursos em Trânsito	0,00	150,55
Obrigações Por Empréstimos	175.336,09	108.207,41
Empréstimos no País - Outras Instituições	175.336,09	108.207,41
Outras Obrigações	788.636,82	540.872,79
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	3.218,78	1.378,86
Sociais e Estatutárias	266.522,06	142.551,99
Fiscais e Previdenciárias	30.619,89	31.456,63
Diversas	488.276,09	365.485,31
Patrimônio Líquido	5.316.765,66	4.197.606,99
Capital Social	4.392.649,63	3.733.149,89
Capital de Domiciliados	4.435.382,61	3.764.629,44
(Capital a Realizar)	(42.732,98)	(31.479,55)
Reserva de Sobras	304.773,79	188.647,12
Reserva Legal	248.826,78	171.409,00
Outras	55.947,01	17.238,12
Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia	619.342,24	275.809,98
Sobras Disposição da Assembleia no Ano	619.342,24	275.809,98
Total do Passivo:	34.127.978,45	26.347.793,69

Gentil Luiz Marció
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	2 Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
1. Receitas de Intermediação Financeira	2.984.494,08	5.673.797,90	4.844.263,31
(+) Rendas Operações de Crédito	2.064.653,11	3.826.016,23	3.443.140,02
(+) Resultado Operações Títulos Valor Mobiliários	919.840,97	1.847.781,67	1.401.123,29
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(1.492.699,28)	(3.498.837,17)	(3.117.683,72)
(-) Operações de Captação no Mercado	(1.110.274,35)	(2.239.638,97)	(1.937.052,32)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(832,76)	(1.361,67)	(607,06)
(-) Provisão de Crédito de liquidação Duvidosa	(381.592,17)	(1.257.836,53)	(1.180.024,34)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	1.491.794,80	2.174.960,73	1.726.579,59
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(788.301,95)	(865.722,20)	(1.302.374,07)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	297.776,61	518.865,69	421.430,00
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	213.958,41	417.555,48	452.586,63
(+) Outras Receitas Operacionais	293.593,43	647.250,96	303.809,97
(-) Despesas de Pessoal	(570.111,73)	(1.013.013,68)	(789.304,20)
(-) Outras Despesas Administrativas	(693.919,90)	(1.325.185,08)	(1.199.310,11)
(-) Despesas Tributárias	(11.581,26)	(21.450,80)	(18.861,94)
(-) Outras Despesas Operacionais	(318.017,51)	(89.744,77)	(472.724,42)
5. Resultado Operacional (3+4)	703.492,85	1.309.238,53	424.205,52
6. Outros Resultados	(16.605,35)	(19.022,72)	(3.518,43)
7. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro (5+6)	686.887,50	1.290.215,81	420.687,09
Resultado com Associados	686.887,50	1.212.924,73	344.762,47
Resultado com Não Associados	0,00	77.291,08	75.924,62
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	12.791,99	0,00	(19.846,37)
Provisão para Imposto de Renda	5.996,25	0,00	(9.536,80)
Provisão para Contribuição Social	6.795,74	0,00	(10.309,57)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	699.679,49	1.290.215,81	400.840,72
Resultado com Associados	0,00	1.212.924,73	344.762,47
Resultado com Não Associados	0,00	77.291,08	56.078,25
10. Remuneração Sobre o Capital Próprio	(167.878,73)	(438.746,93)	0,00
11. Sobras Líquidas do Período (9+10)	531.800,76	851.468,88	400.840,72

Gentil Luiz Marció
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2014	2.576.419,64	136.932,75	0,00	536.562,47	3.249.914,86
MUTAÇÕES EM 2015	1.156.730,25	34.476,25	17.238,12	-260.752,49	947.692,13
Integralização de Capital	757.249,54	0,00	0,00	0,00	757.249,54
Devolução de Capital	(137.081,76)	0,00	0,00	0,00	(137.081,76)
Incorporação das Sobras	536.562,47	0,00	0,00	(536.562,47)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	344.762,47	344.762,47
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	56.078,25	56.078,25
Destinações	0,00	34.476,25	17.238,12	(51.714,37)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(56.078,25)	(56.078,25)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(17.238,12)	(17.238,12)
SALDO EM 31/12/2015	3.733.149,89	171.409,00	17.238,12	275.809,98	4.197.606,99
MUTAÇÕES EM 2016	659.499,74	77.417,78	38.708,89	343.532,26	1.119.158,67
Integralização de Capital	589.528,77	0,00	0,00	0,00	589.528,77
Devolução de Capital	(205.839,01)	0,00	0,00	0,00	(205.839,01)
Incorporação das Sobras	275.809,98	0,00		(275.809,98)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	774.177,80	774.177,80
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	77.291,08	77.291,08
Destinações	0,00	77.417,78	38.708,89	(116.126,67)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(77.291,08)	(77.291,08)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(38.708,89)	(38.708,89)
SALDO EM 31/12/2016	4.392.649,63	248.826,78	55.947,01	619.342,24	5.316.765,66

Gentil Luiz Marció
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.290.215,81	420.687,09
Resultado do Exercício Abrangente	1.290.215,81	420.687,09
2 - Ajuste Por	4.197.885,39	522.359,90
Depreciação / Amortização	30.624,03	34.649,56
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	302.687,93	1.214.842,64
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(2.578.583,36)	947.611,36
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(31.165,25)	(22.786,67)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(3.575,40)	(299.580,41)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	6.346.283,93	(1.395.140,29)
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	(150,55)	(109,24)
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	131.764,06	42.872,95
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	5.488.101,20	943.046,99
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	0,00	(19.846,37)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0,00	(19.846,37)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	5.488.101,20	923.200,62
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(202.659,92)	415.580,86
Investimentos	(142.154,05)	(181.179,00)
Ativo Imobilizado / Diferido	(5.448,70)	(23.407,92)
Integralização de Capital	589.528,77	757.249,54
Devolução de Capital	(205.839,01)	(137.081,76)
Remuneração S/ Capital Próprio	(438.746,93)	0,00
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	67.128,68	28.047,37
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	67.128,68	28.047,37
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	5.352.569,96	1.366.828,85
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	5.352.569,96	1.366.828,85
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	14.733.120,13	13.366.291,28
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	20.085.690,09	14.733.120,13



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO - SICOOB CEJASCRED**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 16 de agosto de 2010, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CEJASCRED** possui **0** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

O **SICOOB CEJASCRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC



10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	449.364,06	540.086,25
Relações interfinanceiras - centralização financeira	1.304.067,78	1.137.710,09
TOTAL	1.753.431,84	1.677.796,34



d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo,



ando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	18.850.911,92	14.056.111,65
Vinculados a Prestação de Garantias	179.446,26	0,00
TOTAL	19.030.358,18	14.056.111,65



Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

4. Relações interfinanceiras

Em dezembro de **2016** e **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	1.304.067,78	1.137.710,09
TOTAL	1.304.067,78	1.137.710,09

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	58.124,17	0,00	58.124,17	80.241,26
Empréstimos	8.952.436,93	2.537.088,62	11.489.525,55	8.806.167,16
Títulos Descontados	819.335,21	0,00	819.335,21	1.011.018,62
Financiamentos	378.026,34	307.291,68	685.318,02	775.532,83
Sub Total	10.207.922,65	2.844.380,30	13.052.302,95	10.672.959,87
(-) Provisões para Operações de Crédito	(618.617,95)	(250.352,53)	(868.970,48)	1.068.210,76
TOTAL LIQUIDO	9.589.304,70	2.594.027,77	12.183.332,47	9.604.749,11

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	360.648,52	0	0,00	360.648,52	0	1.137.349,47	0,00
A 0,5% Normal	3.671.042,97	137.936,57	235.598,68	4.044.578,22	20.222,99	3.720.996,19	18.604,99
B 1% Normal	3.925.903,00	1.282.483,15	150.848,26	5.359.234,41	53.592,34	3.076.983,65	30.769,84
B 1% Vencidas	68.918,85	0,00	24.635,51	93.554,36	935,54	84.307,91	843,08
C 3% Normal	905.529,59	641.609,96	96.458,69	1.643.598,24	49.307,95	1.147.442,45	34.423,27
C 3% Vencidas	208.186,77	590,91	27.462,61	236.240,29	7.087,21	345.958,44	10.378,75
D 10% Normal	173.830,31	109.445,23	0,00	283.275,54	28.327,55	50.303,69	5.030,37
D 10% Vencidas	105.002,81	487,37	66.350,80	171.840,98	17.184,10	64.893,05	6.489,31
E 30% Normal	28.228,46	0,00	0,00	28.228,46	8.468,54	26.172,91	7.851,87
E 30% Vencidas	66.492,10	1.044,84	41.678,61	109.215,55	32.764,67	32.002,68	9.600,80
F 50% Normal	0,00	0,00	0	0,00	0,00	58.083,90	29.041,95
F 50% Vencidas	56.580,43	0	0	56.580,43	28.290,22	25.429,44	12.714,72
G 70% Normal	79.697,24	9.777,06	0,00	89.474,30	62.632,01	1.200,00	840,00
G 70% Vencidas	50.635,98	355,74	1.262,56	52.254,28	36.578,00	713,75	499,62
H 100% Normal	26.293,59	76.598,78	0	102.892,37	102.892,37	389.110,43	389.110,43
H 100% Vencidas	348.426,65	31.238,05	41.022,30	420.687,00	420.687,00	512.011,91	512.011,91
Total Normal	9.171.173,68	2.257.850,75	482.905,63	11.911.930,06	325.443,75	9.607.642,69	515.672,71
Total Vencidos	904.243,59	33.716,91	202.412,39	1.140.372,89	543.526,73	1.065.317,18	552.538,19
Total Geral	10.075.417,27	2.291.567,66	685.318,02	13.052.302,95	868.970,48	10.672.959,87	1.068.210,91
Provisões	(642.258,11)	(159.017,04)	(67.695,33)	(868.970,48)		(1.068.210,76)	
Total Liquido	9.433.159,16	2.132.550,62	617.622,69	12.183.332,47		9.604.749,11	



c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	58.124,17	0,00	0,00	58.124,17
Empréstimos	3.895.013,35	5.057.423,58	2.537.088,62	11.489.525,55
Títulos Descontados	795.856,52	23.478,69	0,00	819.335,21
Financiamentos	126.417,82	251.608,52	307.291,68	685.318,02
TOTAL	4.875.411,86	5.332.510,79	2.844.380,30	13.052.302,95

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Adiantamento a Depositante	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	6.974,90	1.561.654,93	44.234,51	1.612.864,34	12%
Setor Privado - Indústria	9.299,87	1.772.129,34	52.633,91	1.834.063,12	14%
Setor Privado - Serviços	31.968,29	6.361.847,83	619.654,23	7.013.470,35	55%
Pessoa Física	8.718,63	2.026.322,81	102.812,56	2.137.854,00	16%
Outros	1.162,48	452.888,66	0	454.051,14	3%
TOTAL	58.124,17	12.174.843,57	819.335,21	13.052.302,95	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Valor das operações transferidas no período	1.410.150,46	686.358,22
Valor das operações recuperadas no período	(89.020,91)	(99.993,33)
TOTAL	1.321.129,55	586.364,89

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Rendas A Receber	43.124,09	22.610,10
Diversos	59.631,11	33.844,62
(-) Provisões Para Outros Créditos	(31.555,65)	(16.420,42)
TOTAL	71.199,55	40.034,30

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio	302.512,00	299.056,00
Despesas Antecipadas	4.192,99	4.073,59
TOTAL	306.704,99	303.129,59

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.



b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, ASSINATURA DE PERIÓDICOS, contribuição sindical patronal, Processamento de Dados e Outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	629.641,05	487.487,00
TOTAL	629.641,05	487.487,00

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Instalações	17.802,00	17.802,00	10,00%
Móveis e equipamentos de Uso	133.715,28	132.672,58	10,00%
Sistema de Comunicação	14.075,64	14.075,64	20,00%
Sistema de Processamento de Dados	84.976,12	80.570,12	20,00%
Sistema de Segurança	63.227,74	63.227,74	20,00%
(-) Total Depreciação Acumulada	(160.486,41)	(129.862,38)	
TOTAL	153.310,37	178.485,70	

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	5.250.381,47	3.638.175,97
Depósito a Prazo	22.596.858,41	17.862.779,98
TOTAL	27.847.239,88	21.500.955,95

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.



11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central	175.336,09	108.207,41
TOTAL	175.336,09	108.207,41

12. Outras Obrigações

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados	55.947,01	17.238,12
Resultado De Atos Com Não Associados	198.029,07	120.737,99
Cotas De Capital A Pagar	12.545,98	4.575,88
TOTAL	266.522,06	142.551,99

a) O Resultado De Atos Com Associados e Não Associados é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	30.619,89	31.456,63
TOTAL	30.619,89	31.456,63

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos	212.000,00	173.362,39
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	20.964,70	40.321,86
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	225.304,48	122.925,07
Provisão Para Passivos Contingentes	12.518,08	4.625,46
Credores Diversos - País	17.488,83	24.250,53
TOTAL	488.276,09	365.485,31



13. Passivos Contingentes

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passíveis obedecem a Resolução CMN nº. 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e, quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2016, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2016
Civil	Possível	326.258,32	0,00
Civil	Provável	16.187,42	0,00
Trabalhista	Possível	30.000,00	0,00
Total			

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	12.518,08
Total	12.518,08

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CEJASCRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por



seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2016**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 659.499,74** (seiscentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos).

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	4.392.649,63	3.733.149,89
Associados	2.083	1.785

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **5%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2015**, no valor de R\$ 275.809,98 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e nove reais e noventa e oito centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	1.290.215,81
02. Remuneração Sobre o Capital Próprio	(438.746,93)
03. Sobras Líquidas do Período (1+2)	851.468,88
04. Resultado Abrangente do Período (3)	851.468,88
(-) Fates Resultado com Não Associados	(77.291,08)
(-) Fates	(38.708,89)
(-) Reserva Legal	(77.417,78)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(38.708,89)
06. Sobras Líquidas do Período	619.342,24



16. Mudança de Critério Contábil

Diferentemente do exercício anterior, e em atendimento a CCI 10/2017 do Sicoob Central SC/RS, os valores correspondentes as despesas do FATES registradas no resultado foram adicionadas ao resultado abrangente sendo consideradas para apuração das destinações legais e estatutárias.

17. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	63.055,95	135.549,28
Rendas De Empréstimos	3.152.115,87	2.648.462,10
Rendas de Títulos Descontados	361.911,07	370.732,22
Rendas De Financiamentos	159.912,43	188.353,09
Rendas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	1.847.781,67	1.401.123,29
Rendas De Prestação De Serviços	936.421,17	874.016,63
Outras Receitas Operacionais	840.931,22	448.294,75
TOTAL	7.362.129,38	6.066.531,36

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	(2.239.638,97)	(1.937.052,32)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.361,67)	(607,06)
Despesas Administrativas	(2.308.934,73)	(1.955.394,61)
Aprovisionamentos E Ajustes Patrimoniais	(1.393.119,91)	(1.259.115,35)
Outras Despesas Operacionais	(548.582,50)	(472.724,42)
TOTAL	(6.491.637,78)	(5.624.893,76)

20. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Outras Receitas Não Operacionais	36.343,12	6.050,79
Outras Despesas Não Operacionais	(55.365,84)	(9.569,22)
Resultado Líquido	(19.022,72)	(3.518,43)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.



As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantidas oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 31/12/2016 possui o saldo das seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição	2016						
	Operações de Crédito	%	Depósitos	%	Capital Social	%	Honorários
Conselho de Administração	1.100.533,38	9,03%	11.257.782,39	40,43%	384.433,50	8,75%	48.000,00
Diretoria Executiva	413.822,38	3,40%	520.396,85	1,87%	33.260,04	0,76%	106.139,76
TOTAL	1.514.355,76	12,43%	11.778.179,24	42,30%	417.693,54	9,51%	154.139,76

22. Cooperativa Central

O **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO - SICOOB CEJASCRED**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CEJASCRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

23.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do **SICOOB CEJASCRED** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CEJASCRED** aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO,



a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do **SICOOB CEJASCRED** consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas no **SICOOB CEJASCRED** sob a supervisão do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o **SICOOB CEJASCRED** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CEJASCRED** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CEJASCRED** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CEJASCRED** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.



23.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CEJASCRED** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CEJASCRED** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CEJASCRED** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CEJASCRED** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CEJASCRED** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.



24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de Dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ **1.063.844,54** (um milhão sessenta e três mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

JARAGUÁ DO SUL-SC, 31 de Dezembro de 2016

Gentil Luiz Marció
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC